

ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Dado Cherem - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO NEODI SARETTA** (pela ordem) - Registra a presença de prefeitos.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Aborda o a questão do transporte coletivo e da mobilidade urbana da Grande Florianópolis.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Critica a intenção do governo estadual de terceirizar os serviços do Samu.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Comenta o movimento das entidades patronais e de trabalhadores contra a desindustrialização do país.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Reporta-se às modificações da Receita Federal para facilitar a dedução do Imposto de Renda para o FIA.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Relembra os estragos causados pelo furacão Catarina no sul de SC.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Ratifica sua posição acerca da necessidade de ajudar no custeio dos hospitais que atendem ao SUS.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Discorre sobre a comissão que opinará pela manutenção ou mudança do Hino de Santa Catarina.

### **Explicação Pessoal**

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Posiciona-se na questão do financiamento da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero apenas fazer o registro de que temos um importante encontro da Uvesc - União dos Vereadores de Santa Catarina - acontecendo nesta Casa.

Neste momento acompanham a abertura desta sessão o presidente da Câmara Municipal de Joaçaba, vereador André Tarcísio Dalsenter; o vice-presidente, vereador Ademir Zanchetta, além do vereador Anderson Clair Schranck, de Ipira.

A todos as nossas boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, aqueles que nos

acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital e os que aqui estão na manhã desta quinta-feira.

Sr. presidente, quero tratar de um assunto que, via de regra, debatemos bastante nos momentos de conflito, de crise: o transporte coletivo na Grande Florianópolis, mas depois, quando o clima dá uma esfriada e as condições se normalizam, deixamos de falar ou, pelo menos, falamos menos.

Evidentemente que também impulsionado pelo debate existente neste momento na capital acerca da proposta da duplicação de um trecho da rua Deputado Antônio Edu Vieira, no bairro Pantanal, de um debate que está havendo através dos meios de comunicação e de pouco debate que está havendo com a comunidade interessada no assunto ou diretamente envolvida na questão.

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina decidiu, há duas semanas, não ceder parte do espaço da universidade, circunvizinha à rua Deputado Antônio Edu Vieira, e dar um prazo de seis meses para que o assunto possa ser debatido melhor, de forma mais profunda com a comunidade universitária, com a população residente no Pantanal e na região da bacia do Itacorubi e com a prefeitura de Florianópolis, que é o gestor interessado em fazer a obra.

Lendo, pela manhã, os relatórios e tendo ouvido o debate ocorrido no conselho da Universidade Federal e na comunidade do Pantanal, nos últimos anos, acerca desse assunto, acabo de perceber que a proposta da prefeitura para a duplicação da rua Deputado Antônio Edu Vieira talvez encante pela aparente solução do problema da mobilidade naquela região, porque não fica claro no debate que essa duplicação será apenas parcial, ou seja, de um trecho dessa rua.

A duplicação da qual se fala e para a qual se pede 18.000m, quase dois hectares, do terreno da UFSC, partiria do trevo da entrada do Córrego Grande até a rótula da Eletrosul, duplicando um trecho que, creio, não passa de 500m. E a rua Deputado Antônio Edu Vieira é uma rua que tem o mesmo tamanho, a mesma largura e a mesma proporção

até o seu esgotamento, até o seu final, no Armazém Vieira, que desemboca na Via Expressa Sul. E aí fica a pergunta óbvia: o que resolveria para a mobilidade urbana daquela região e da cidade duplicar apenas a metade da rua Deputado Antônio Edu Vieira?

Na minha avaliação, resolveria muito pouco ou quase nada. Talvez melhore um pouquinho o acesso ao bairro Córrego Grande, porque o acesso da região da bacia de Itacorubi para a Via Expressa Sul, para o sul da Ilha ou até para o centro, pegando o túnel, dependeria da duplicação integral da rua Deputado Antônio Edu Vieira.

Mas a prefeitura, alegando não ter recursos para desapropriar a região que vai da Eletrosul até o Armazém Vieira, faria em duas etapas. Na primeira etapa, que seria agora, pegaria um pedaço da UFSC duplicando a metade da rua e depois, em tempo que ainda não foi definido, desapropriaria os terrenos dali até o final da rua, para poder duplicar o total.

Infelizmente, estamos cada vez mais desanimados com a letargia, com a demora, com a protelação das obras públicas em nossa cidade, em nossa região, em nosso país, e podemos imaginar que será realizada a primeira parte da obra talvez em um ano, dois anos, três anos e depois se esperará mais uma década para começar a rediscutir o assunto.

Dessa forma, lendo atentamente o relatório debatido no Conselho Universitário da UFSC, quero dizer que estou de acordo com o referido relatório. Está-se querendo tapar o sol com a peneira mais uma vez na questão da mobilidade urbana em Florianópolis, fazendo propaganda de que uma determinada obra vai solucionar o problema do tráfego de determinada região, e quando a obra é realizada e entregue, percebe-se que não foi resolvido nada ou se resolveu muito pouco.

Ao mesmo tempo em que não se investe, não se pensa que há interesses empresariais locais envolvidos com interesses políticos, inclusive interesses econômico-financeiros das empresas que fazem parte do poder público municipal, como

pessoa física e jurídica, pois a pessoa física do gestor público é a mesma pessoa jurídica da empresa de transporte coletivo. Talvez seja o pior transporte coletivo que existe no Brasil.

Estive no Rio de Janeiro recentemente e prestei atenção nesse detalhe. É mais difícil andar em Florianópolis, entre 17h e 19h, do que na cidade do Rio de Janeiro. Demora-se mais para percorrer o mesmo trecho, o mesmo espaço em Florianópolis, uma cidade com 400 mil habitantes - somando a Grande Florianópolis dá 700, 800 mil habitantes -, do que no Rio de Janeiro. A cidade de Florianópolis está mais truncada do que a cidade do Rio de Janeiro. Nós moramos numa ilha e não temos um barquinho para atravessar o Estreito e chegar ao continente.

Para felicidade geral da nação e do povo catarinense, em nossas terras não acontecem terremotos, porque se acontecesse um terremoto a população da ilha provavelmente pereceria de fome, de miséria e de tantas outras desgraças, pois não temos absolutamente nada em termos de transporte aquático! Moramos numa ilha que fica há menos de um quilômetro de distância do continente. As cidades da Grande Florianópolis se entrecruzam. Trinta ou quarenta por cento da população da Grande Florianópolis moram na ilha, os outros 60% moram na parte continental e as outras cidades ficam na parte continental. E todo mundo precisa cruzar do continente para a ilha e da ilha para o continente praticamente todos os dias, quase toda a população precisa fazer esse trajeto, mas não temos nenhuma modalidade de transporte pelo mar, por mais simples que seja o transporte marítimo.

Eu, na minha pouca informação em termos de logística, de engenharia, posso afirmar, com absoluta certeza, de que o transporte marítimo é mais econômico, menos poluente e, inclusive, mais atraente, mas interesses financeiros de um grupo pequeno de empresários do transporte coletivo, que ajudam a mandar ou mandam na administração das cidades da Grande Florianópolis, impedem que seja debatido esse assunto efetivamente. E agora se quer jogar a responsabilidade para a Universidade

Federal de Santa Catarina pelo estrangulamento do trânsito na região.

Duplicar a metade da rua Deputado Antônio Edu Vieira é tapar o sol com a peneira, porque mesmo na modalidade de transporte particular, de automóvel, não resolve nada. Inclusive, na modalidade do transporte individual teria algum sentido se fosse duplicada a rua Deputado Antônio Edu Vieira inteira, para dar mais agilidade no trânsito naquela região. Não é o que está em debate. Parece até que a própria duplicação é mais interesse comercial que está em jogo do que a resolução efetiva de um problema de mobilidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, ontem realizamos, com a participação do deputado Sargento Amauri Soares, uma reunião da comissão de Saúde desta Casa, contando com a participação do Sindisaúde, dos trabalhadores da saúde nos serviços de saúde pública de Santa Catarina, como também com trabalhadores do Samu e outros participantes, para discutir a situação do Samu em Santa Catarina.

O Samu, antes de tudo, é um serviço de urgência e de emergência reconhecido pela população brasileira. Numa recente pesquisa do Ipea, ganhou nota 7,2 no Brasil e aqui mesmo em Santa Catarina temos, como se diz, que tirar o chapéu para os trabalhadores do Samu, que trabalham com afinco, com abnegação, com dedicação, com altruísmo, com carinho, atendendo às pessoas em situações críticas. E trabalham com dificuldades, porque ao longo dos anos, desde 2005 para 2006, quando o órgão foi implantado, o governo do estado não se preocupou em dotá-lo de uma verdadeira estrutura de apoio, inclusive mandando para esta Casa projeto de lei que precisa definir e regulamentar a ocupação de cargos do Samu. Além disso, seu pessoal tem trabalhado em condições precárias, tão precárias a ponto de ter

que fazer contratos mensais, o que é um absurdo. Poderia dizer que é o absurdo dos absurdos!

Mas apesar de toda essa situação, o Samu presta um importante trabalho para Santa Catarina. Agora o governo do estado, num entendimento com as secretarias de estado da Saúde e de Planejamento, abrirá, amanhã, o edital para a privatização do Samu, a fim de entregá-lo a uma organização social pernambucana, que está sob averiguação do Ministério Público Federal naquele estado.

Mas não é essa a questão. O Samu, além do atendimento de urgência e emergência, presta um serviço de regulação médica que comanda esse atendimento e toma decisões importantes sobre a vida das pessoas, inclusive na transferência de pacientes, na questão de vagas, que são situações muito delicadas no sistema de saúde.

Essa é uma função de estado, que não pode abrir mão da função precípua de fiscalizar. A essência do Samu, que é a regulamentação médica, é uma função vital, deputado Ismael dos Santos, e ao estado não é dado o direito de transferi-la para setores privados.

Ontem ainda, decorrente da reunião pública que realizamos na comissão de Saúde e dos encaminhamentos que lá foram propostos, solicitei, em nome da comissão, ao sr. governador e ao secretário de estado da Saúde que suspendam, que suspendam esse edital e abram imediatamente concurso público para o Samu. A afirmação reiterada do secretário da Saúde de que não seria plausível admitir servidores para o Samu é porque, depois de alguns anos, depois de dez, de 15, de 20 anos, ninguém mais suportaria trabalhar uma situação estressante, de urgência, de emergência. Isso, na verdade, pode explicar, mas não justifica, porque hoje os médicos já são admitidos por concurso para trabalhar em UTIs, em prontos-socorros, onde se defrontam com situações semelhantes. E há possibilidade de o estado, sim, dentre os seus servidores, escalonar as atividades.

Além do mais, há uma decisão do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina contra essas terceirizações nos serviços essenciais, como

o é a saúde. O estado recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho, que denegou o recurso impetrado pelo estado.

Portanto, temos decisões em duas instâncias da Justiça do Trabalho. Temos também uma decisão do Conselho Estadual de Saúde, que é a instância máxima de saúde no estado, de caráter deliberativo. O Conselho Estadual de Saúde não é apenas pró-forma, para inglês ver, apenas decorativo ou para contemplar exigências da lei. O Conselho Estadual de Saúde, como também o Conselho Municipal de Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, é uma das essências do SUS, ele tem caráter deliberativo. E o Conselho Estadual de Saúde, ratificado pela Conferência Estadual de Saúde no ano passado, deliberou contra essa proposta de privatizações na saúde e também, especificamente, em relação ao Samu. Ainda na última reunião, o Conselho Estadual de Saúde posicionou-se de tal forma em discussões que também se processaram no âmbito da CIB - Comissão Intergestora Bipartite.

Essa grande discussão entre o público e o privado que permeia a administração pública já se fez na saúde quando da Constituinte. Quando os constituintes elaboraram o capítulo da saúde que temos hoje na Constituição Federal, foi feito um grande debate da relação público-privado: se o público existiria sozinho, se o privado não existiria, se a medicina seria somente privada e não existiria a medicina pública. Tudo isso foi discutido e está consignado na Constituição. E qual foi o resultado desse grande debate nacional dos constituintes? Que o setor privado é complementar e não substantivo. Ele substitui, sim, quando o estado não tem como estar presente. Há várias situações da saúde e de hospitais em nosso estado, em municípios e regiões em que, muitas vezes, o privado, o filantrópico e a comunidade têm que estar presente complementando e até, muitas vezes, substituindo.

Mas em situações como essa do Samu, a própria Portaria n. 2026, do ministério da Saúde, no seu art. 30 diz que os recursos financeiros a serem transferidos pelo ministério da Saúde para o Samu

não poderão ser utilizados para a contratação de serviços de prestadores da iniciativa privada.

Portanto, o Samu é uma função de estado, e o estado tem todas as condições de exercê-la, porque quando o governo do estado chega para o seu povo e diz que é incapaz de administrar uma das suas essências, o que mais interessa para a cidadania, que é a saúde - e assim como são a segurança e a educação, esse grande tripé da cidadania -, ele está dando uma demonstração de fraqueza e de falta de compromisso com essa função precípua.

Portanto, srs. deputados, ratifico neste momento aquilo que, ontem, foi objeto de debate na comissão de Saúde desta Casa. E ontem, na sessão da tarde, abrimos um espaço nesta tribuna para que os trabalhadores do Samu se manifestassem aos srs. deputados com este clamor: que esse edital seja sustado, que o estado abra imediatamente concurso para 400 servidores, porque essa situação vem-se protelando indefinidamente. Não é mais possível protelá-la e somente há uma solução: concurso urgente e imediato, e o estado assumindo plenamente as suas responsabilidades com a saúde e o Samu.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, no dia de ontem houve um movimento na capital conduzido pela Fiesc, em conjunto com a Força Sindical. Esse movimento, que iniciou no Rio Grande do Sul, passou ontem por Santa Catarina e vai ao Paraná, a São Paulo e ao norte do Brasil, é apartidário, envolve as entidades de classe tanto laborais quanto patronais e tem como objetivo fazer com que o governo federal entenda que de fato está havendo a desindustrialização no Brasil.

Depois de realizadas as manifestações, serão elaborados documentos pelas federações e pela própria Força Sindical, que serão enviados ao governo federal no intuito de sensibilizar a

presidente Dilma Rousseff a reduzir o custo Brasil, a fim de que sejam preservados os empregos dos cidadãos brasileiros, dos jovens e adultos brasileiros.

A indústria brasileira está passando por um momento muito difícil, em que pese alguns setores industriais ainda estarem avançando, como é o caso do setor naval e da construção civil. Mas a grande maioria das indústrias de manufaturados está sendo penalizada pela concorrência internacional.

Eu penso que a solução não está em fazer decretos ou criar barreiras além do que é possível num mundo globalizado, mas é possível, sim, reduzir o custo Brasil, o custo de produção da indústria brasileira, iniciando pela elevadíssima carga tributária, que está entre as maiores do planeta. É preciso reduzir a taxa de juros e alongar os financiamentos para a aquisição de máquinas, de equipamentos, de inovação; é preciso que haja um equilíbrio melhor no câmbio, ou seja, a relação do dólar em relação ao real, pois o dólar supervalorizado prejudica as exportações brasileiras. Mas além da carga tributária, há também os elevados encargos sociais na folha de pagamento, que aumentam o custo para a indústria brasileira e para as empresas de um modo geral, muitas vezes não permitindo que o próprio trabalhador tenha um salário melhor.

É preciso modernizar os portos, os aeroportos e o sistema viário brasileiro, coisa que o governo não consegue fazer por mais que se tenha esforçado, o que eleva o custo do transporte por conta da deficiência nas rodovias. Com isso, há uma despesa maior com transporte, desde gastos com pneus até outras peças e o próprio combustível.

A nossa matriz energética tem um custo elevadíssimo, um dos mais altos do mundo. A nossa burocracia, ou seja, o número de horas que se gasta para fazer os documentos relativos aos impostos, ao meio ambiente e contábeis é muito grande.

Então, somados todos esses componentes estruturais, a indústria brasileira vem, a cada dia, encontrando mais dificuldades para crescer ou

mesmo para se manter. Muitas empresas estão desativadas porque foram à falência, e há outras que estão sobrevivendo com muita dificuldade.

Portanto, chegou a hora de unir forças na classe política, no Congresso Nacional e, em especial, no sistema de governo, que é presidencialista. Os ministros da área e a nossa presidente certamente terão sensibilidade para amenizar o problema da competição da indústria brasileira com o mundo dos negócios do planeta.

Na nossa avaliação, essa reivindicação é justa e meritória para preservar o emprego na maioria dos setores, porque senão estaremos fornecendo mão de obra para outros países comprarem produtos acabados e exportarem as nossas *commodities*. Ou seja, exportarem grãos de soja e minério de ferro, entre outras *commodities*, que, na verdade, são transformadas em outros países e muitas vezes retornam ao Brasil como produto acabado. Enquanto isso, aumenta o déficit na balança comercial brasileira e, o que é mais grave, criam-se oportunidades de trabalho para trabalhadores de outros países.

Vamos estar juntos com as entidades de classe e com os colegas deputados, tanto na Assembleia Legislativa, quanto em Brasília. Não é um movimento de protesto, mas de reivindicação, e entendemos que é justo para preservar, principalmente, a mão de obra brasileira.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, outro assunto que desejo abordar no dia de hoje diz respeito à alteração da lei que criou o Fundo para Infância e Adolescência, deputado Volnei Morastoni. A Receita Federal alterou a lei e está permitindo que a pessoa

física e a pessoa jurídica façam o recolhimento por ocasião da apuração do Imposto de Renda.

Esse é um assunto relevante e quero parabenizar a Receita Federal que, com essa medida, propiciará o aumento do recolhimento, ou seja, vai aumentar a receita do FIA nos municípios e nos estados, coisa que não acontecia até o final de 2011, porque essa alteração ocorreu em fevereiro de 2012.

Mas o que acontecia até 2011? Somente se podia recolher para os fundos municipais e estaduais se fosse feito o recolhimento no decorrer do ano, quando do recebimento do salário a cada mês. Ora, isso não ocorria, em primeiro lugar, porque quem tinha imposto a pagar, dificilmente fazia esse recolhimento mês a mês, como pessoa física. Segundo, porque os escritórios de contabilidade também não o faziam, pois além do trabalho, gerava uma incerteza de como ficaria, no final do ano, sua receita, o quanto teria que pagar. Assim, na verdade, praticamente não se recolhia para os fundos municipais nem estaduais.

Eu imagino que, na Assembleia, se cada um de nós pedir ao nosso contador ou àquele que faz a nossa declaração, que na hora da apuração, faça o recolhimento... Porque somos nós que dizemos aonde vamos pagar, e não vai para o governo federal para ele redistribuir. Isso é importante porque nós, como deputados, podemos dizer: eu quero recolher para o Fundo para Infância e Adolescência para o município de Itajaí, ou de São Bento do Sul, Concórdia, Campos Novos, Florianópolis e assim por diante. Então, é permitido recolher até 3% do imposto devido para o FIA do meu município ou do estado, coisa que antes não era possível fazer na hora da apuração.

Eu imagino que somente aqui na Assembleia, se tomarmos essa decisão e orientarmos aquele que vai fazer a nossa declaração, estaremos contribuindo para o fundo e propiciando o atendimento às nossas crianças e adolescentes.

Então, é muito importante contribuir para os fundos dos municípios porque é lá que a procura pelo serviço público é maior. É no município que

as pessoas procuram os serviços de saúde, educação e assistência social. Enfim, todos os serviços são procurados nos municípios, porque lá o prefeito, o vereador e os secretários estão mais próximos. Ou seja, lá o conjunto da administração pública está próximo das pessoas, ao passo que no estado está mais longe e na união nem se fala, está mais distante ainda.

Portanto, também é justo e meritório que os poucos recursos que conseguirmos sejam direcionados para o município, porque serão bem aplicados e fiscalizados tanto pela Câmara de Vereadores quanto pela população de um modo geral.

Assim, quero fazer um apelo aos colegas deputados, às colegas deputadas, aos colaboradores da Assembleia Legislativa, àqueles que têm imposto a pagar, para fazerem esse recolhimento diretamente ao FIA, seja ele municipal ou estadual, porque certamente será bem utilizado em favor da criança e do adolescente que precisam de atendimento. Esses recursos não são de um valor extraordinário, mas é de pouco em pouco que vamos somando e dando condições de atendê-los melhor e dar-lhes mais qualidade de vida.

Era isso o que tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço está reservado ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, recordo-me com muita nitidez de um episódio ocorrido há oito anos, mas que parece ter sido ontem: a chegada do furacão Catarina ao sul do estado, destruindo-o quase que completamente. Tenho certeza de que muitos dos moradores do sul catarinense não conseguem esquecer-se daquele episódio, porque muito do que foi destruído ainda não foi reerguido.

Aquele furacão, um verdadeiro desastre da natureza, chegou no dia 27 de março de 2004. Era noite, mas apesar dos inúmeros alertas, a maioria da população sulista não acreditava no que via, já que era o primeiro furacão registrado oficialmente no Atlântico Sul.

Os 21 municípios da nossa região foram tomados de surpresa, sendo que 14 decretaram estado de calamidade pública e sete, situação de emergência, em função dos estragos e dos grandes prejuízos econômicos, superiores a R\$ 850 milhões!

A paisagem era de destruição: casas e postos de gasolina derrubados e praticamente todas as construções destelhadas! Além disso, praticamente nenhum eucalipto ficou de pé! Ventos do quadrante sul sopraram às 17h45 e começou a chover, chuva que ficou muito forte perto da 23h. Depois, chegaram ventos do quadrante norte, com rajadas de 180km a 200km por hora, que acabaram de derrubar o que ainda estava de pé!

Deputados, eu nunca vi nada igual! Agora, dentro da intensidade do furacão Catarina, poderiam ter ocorrido muitas mortes, mas graças a Deus foram somente duas.

Sr. presidente, o sul ainda precisa de ajuda, porque muita coisa ainda não voltou ao normal oito anos depois. Por quê? Porque região nenhuma quer abrir mão de recursos em prol do sul, cada região quer a sua parcela de investimento e por isso as dificuldades são grandes.

Os municípios da nossa região ainda sofrem com os problemas na área da educação, porque várias quadras e ginásios de esporte ainda estão no chão, igualzinho como ficaram na passagem do furacão, e há escolas que não foram totalmente recuperadas.

Eu estive com o secretário da Educação e disse-lhe que precisava dar uma atenção especial aos municípios do sul e que as medidas a serem tomadas não poderiam ser paliativas, pois já passara o momento disso! A ação da secretaria precisaria ser diferenciada com vistas à recuperação da rede escolar.

Em função disso, precisamos trabalhar muito, buscar recursos também junto ao governo federal

para que possamos ter tranquilidade, com todos produzindo, trabalhando, gerando emprego, renda e qualidade de vida para o povo. Essa é a nossa luta no Parlamento.

Não poderia deixar de registrar que já se passaram oito anos de muito sacrifício, de muita luta na região massacrada pelo furacão Catarina. Mas tivemos muita ajuda, inclusive do governador Roberto Requião, que na minha concepção foi sempre um político de palavra, que na época sobrevoou a região de helicóptero e prometeu-nos enviar 100 mil telhas. Dois dias depois apenas, os caminhões de telhas já estavam na estrada. Que coisa linda quando uma pessoa cumpre o que promete, tem palavra!

Eu, em nome de toda a região sul, quero agradecer ao ex-governador do Paraná, Roberto Requião, que cumpriu o que prometeu ajudando-nos com telhas que na época cobriram muitas casas, muitas escolas que foram totalmente descobertas pela força do vento. Inclusive, houve casas que desapareceram, que foram arrancadas inteiras do chão!

Por isso, ficamos agradecidos, pois diante daquela catástrofe apenas tivemos duas mortes, apesar do vento ser tão forte a ponto de levantar até carros. Eu tinha uma *Pajero*, que é um carro pesado, e mesmo assim o vento levantava o carro. Não quero que ninguém passe por isso.

Agora temos passado por outros episódios com tornados. Há dez anos houve um tornado no município de Forquilha e há seis anos a situação se repetiu. Um ano depois, em um bairro de Criciúma, todas as casas foram destelhadas. E agora se repete em Forquilha e Nova Veneza, onde praticamente tudo foi destruído.

Então, a região sul, que é a região do nosso coração, uma região produtora e com grande potencial, vem sofrendo muito com essas variações climáticas.

Sei que o alto vale do Itajaí tem tido problemas também. Blumenau e Itajaí vêm sofrendo com as chuvas que ocasionam enchentes, que derrubam casas, que destroem avenidas, mas o sul

também tem passado por situações difíceis, muito complicadas e que nos deixam muito preocupado.

Ainda que o governador Luiz Henrique da Silveira tenha aplicado muito na recuperação, hoje, Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira estão com um projeto arrojado para a construção de barragens para a proteção de cheias, a fim de que aquela área tão produtiva fique mais segura.

Então, acho importante pensarmos como um todo para defender os pontos críticos de Santa Catarina. Na verdade, essa situação não existe somente na região sul e no alto vale do Itajaí, mas também no oeste de Santa Catarina, senão de um jeito, de outro, ou seja, em função da prolongada estiagem que gera prejuízos violentos.

Isso também acontece lá no norte e nordeste do Brasil, mas a nossa preocupação maior é com Santa Catarina. É preciso, sim, que este Parlamento contribua com projetos importantes e fundamentais para proteger essas regiões que sofrem com as questões climáticas, a fim de que Santa Catarina possa produzir com segurança e tranquilidade.

Com a descentralização, Santa Catarina cresceu como um todo e diminuiu a avalanche de pessoas que se deslocavam para os grandes centros atrás de emprego. Por isso tenho que dizer: obrigado, Luiz Henrique, por sua visão! Descentralizou o estado, planejou de forma que os pequenos municípios também crescessem e mantivessem seu povo lá. Tínhamos muitas solicitações de visto para os Estados Unidos, para a Inglaterra, para Portugal atrás de emprego, e isso não acontece mais agora. Santa Catarina fez um projeto arrojado no governo passado e 17 mil empresas se instalaram aqui e hoje geram emprego, qualidade de vida e desenvolvimento.

Isso é fundamental para nosso estado, pois não estamos vendo mais essa avalanche de pessoas saindo. A nossa gente se prepara, estuda, busca tecnologia para expandir os investimentos no estado. Hoje mesmo, em Imbituba, há um programa da TVAL com um jovem empreendedor. É importante que se discuta essa questão para que Santa Catarina tenha novas alternativas e que nossos jovens se

mantenham aqui com a sua competência para implantar, investir e gerar emprego.

Por isso, desloquei-me com uma equipe em nome do governo e fomos à Itália e à China, e hoje temos a honra de dizer que uma empresa italiana, que é a segunda maior do mundo em sua área, que é a construção de pontes, navios de cruzeiros e estádios para Copas do Mundo, está prontinha para se instalar em Santa Catarina. Ainda não está instalada em Tubarão porque não conseguiu viabilizar o terreno, o que conseguiu somente poderá ser transferido em 2028, mas ninguém investe R\$ 250 milhões, R\$ 300 milhões para receber e escriturar o terreno somente em 2028. Então, estamos procurando uma alternativa, pois já está decidido que essa empresa vai ficar em Santa Catarina, vai ficar no Brasil. Ficamos honrados porque valeu a pena a luta, o trabalho para trazer nova tecnologia para nosso estado.

O Brasil tem que modificar, tem que aprender uma lição. E com essa viagem que fizemos sabemos que essas grandes empresas ganham 9% ou 10% nas obras. Então, numa obra de R\$ 100 milhões, eles faturam R\$ 10 milhões. Aqui é totalmente diferente, só o aditivo custa 20%.

Então, o povo está cansado de pagar imposto e as obras demorarem tanto. E por que as obras demoram assim? Porque só um aditivo custa 20%, enquanto que na Itália, na China são 10%. Quer dizer, essas empresas virão para o Brasil e vão ganhar as licitações e implantar um novo modelo de gestão no país, porque temos que zelar mais pelos recursos públicos para poder fazer mais gastando menos.

Neste Parlamento 20% dos deputados são do sul do estado, mas a nossa região continua com dificuldade, como continua a região serrana. Nós, os deputados do sul, temos trabalhado em conjunto, o projeto que é de um é de todos, para tentarmos reverter esse quadro e dar tranquilidade ao povo, fazer com que a região cresça, pois ocupa um espaço muito importante no cenário estadual e nacional.

Por isso, temos que agradecer a todos os parlamentares do sul que empunharam uma só bandeira, que é a do desenvolvimento da nossa região. Eu, que sou o mais experiente nesta Casa, com mais mandatos, claro que fiquei feliz, porque juntos fizemos a diferença!

Então, tenho certeza de que vamos superar muitas dificuldades para ver o sul e o nosso estado crescerem, pois este é o compromisso que temos neste Parlamento, trabalhar, honrar a região, gerar emprego, gerar renda e qualidade de vida ao nosso povo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, ontem, no final da tarde, o governador Raimundo Colombo, acompanhado do secretário estadual de Saúde, dr. Dalmo Claro de Oliveira, estiveram na minha cidade, Itajaí, assinando um convênio para a construção de um anexo ao Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen, cujo custo é de R\$ 45 milhões. No momento o governador acenou com um convênio preliminar de R\$ 12 milhões, sendo que também o município, o governo federal e a comunidade, principalmente os empresários, estão conclamados a aderir, em virtude da magnitude da obra.

Pessoalmente, parabeneizei o governador e disse: "V.Exa. está tendo um ato importante do seu governo para o nosso estado, para a região da Amfri e para Itajaí".

O Hospital Marieta Konder Bornhausen cada vez mais se torna referência em nosso estado, pois atende em muitas áreas de alta complexidade. E foram mostradas para o governador as imagens do dia a dia do hospital, a superlotação do pronto-socorro, com pacientes, inclusive, nos corredores, com muitos pacientes em sala de observação que, na

verdade, não estão em observação, estão internados em macas há vários dias, aguardando uma vaga.

Essa é a realidade! E essa realidade não é diferente pelo estado afora, aqui na Grande Florianópolis ou nos hospitais regionais de todo o nosso estado.

Eu dei os parabéns ao governador porque é importante que o governo tenha compromisso com investimentos. Nós precisamos de investimentos, especialmente na saúde: construir, ampliar, reformar. Essa obra, por exemplo, é um anexo de 14 andares, com 200 leitos, mais seis centros cirúrgicos! Um prédio moderno, que vai melhor acomodar os vários serviços do hospital.

Eu disse ao governador que a realidade que estava vendo, através das imagens mostradas pela direção do hospital, que preparou um belo relatório e fez uma excelente apresentação de todo o funcionamento hospitalar, evidenciava que aquele nosocômio estava no limite máximo da sua capacidade, na verdade já não estava dando conta da demanda, e por isso necessita dos outros hospitais satélites que há região, pois temos que pensar a saúde de forma regional.

Portanto, é importante o pequeno hospital de Itapema; é importante o pequeno hospital de Camboriú; são importantes os dois hospitais de Balneário Camboriú, o Ruth Cardoso e o Santa Inês, aos quais me tenho referido desta tribuna; é importante o pequeno hospital de Navegantes; o pequeno hospital da Penha; o pequeno hospital de Luis Alves.

Estou-me referindo aos municípios que compõem a Amfri, Associação dos Municípios da Foz de Itajaí. E se esses pequenos hospitais em volta não estiverem bem, dando conta de sua parte, isso se reflete no grande Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen. que já não dá conta mesmo quando esses hospitais atendem regularmente.

Por isso, sr. governador, reitero a v.exa. a compreensão dessa questão, porque além dos investimentos também há o custeio, porque por trás de qualquer investimento vem o custeio. Assim, futuramente esse anexo, esse novo hospital que vai

ser construído, esse complexo chamado Madre Teresa, exigirá mais recursos de custeio.

No ano passado, em agosto mais precisamente, o deputado Dado Cherem e eu acompanhamos uma comitiva do hospital ao governador e ao secretário de Saúde. O Hospital Marieta Konder Bornhausen é um dos poucos hospitais do estado que já recebe verba de custeio, deputado Serafim Venzon, no valor de R\$ 250 mil por mês, o que é insuficiente. A direção queria mais R\$ 750 mil, totalizando R\$ 1 milhão/mês. O governador liberou R\$ 2 milhões no período de setembro a dezembro do ano passado, ou seja, R\$ 500 mil por mês. Só que quando chegou o mês de janeiro, voltou tudo como dantes, ou seja, a verba repassada voltou aos R\$ 250 mil mensais.

Sr. governador, está claro, evidente pela complexidade daquele hospital que ele precisa de um valor de custeio maior R\$ 250 mil, no mínimo, R\$ 500 mil!

Sr. governador, ficou evidenciada também a importância que o senhor deve dar, juntamente com seu secretário estadual da Saúde, para Balneário Camboriú, para o Hospital Ruth Cardoso e para o Hospital Santa Inês, porque o município está arcando sozinho com uma conta de R\$ 1,7 milhão por mês, enquanto entram apenas R\$ 600 mil pelo SUS.

Portanto, o prefeito banca sozinho R\$ 1,1 milhão por mês, o que é muito dinheiro para uma prefeitura. Vai faltar dinheiro para a atenção básica, para a saúde da família e vai refletir-se, pior ainda, nos hospitais.

O Hospital Santa Inês, que tem história, que tem tradição, embora seja de um grupo privado, sempre foi conveniado com o SUS. Portanto, ele tem uma face pública e estou a pedir apoio para essa face pública, porque esse hospital poderá atender a 60%, 70% ou 80%.

No final dessa reunião, tanto o secretário como o governador deram explicações sobre a impossibilidade de o estado entrar no custeio dos hospitais. Eu acho que essa não pode ser uma posição definitiva, tem que ser revista. Na quarta-feira da semana que vem, nesta Casa, estaremos realizando uma audiência pública para,

pela primeira vez, discutir o custeio dos hospitais de Santa Catarina que atendem pelo SUS, porque num período de tempo breve precisamos ter propostas concretas. É muito fácil governar dizendo não, o mais difícil é dizer sim. Que se coloque uma vírgula depois do sim, mas que se diga sim. Sim, vírgula, vamos ver critérios, buscar as condições.

Eu mesmo entrei com um projeto nesta Casa propondo que o estado coloque 12% sobre os recursos que compõem o Fundo Social, os fundos do Seitec e do Fadesc, formado pelos recebíveis do Prodec. Pelos nossos cálculos, o estado pode ter mais R\$ 10 milhões para a Saúde e poderá, então, constituir um fundo para ajudar no custeio dos hospitais. Assim como no ano passado o governo encaminhou para esta Casa o Revigorar 3, que alocou R\$ 220 milhões extraordinários para a Saúde, que reedite o Revigorar ou projetos assemelhados, para obter recursos extraordinários para a Saúde. Se o governador pretende cumprir a sua palavra de que a saúde é a prioridade das prioridades e que as pessoas estão em primeiro lugar, ele tem que fazer isso!

Por isso, ontem estive com o presidente da Associação Médica Brasileira que, por coincidência, participava de um Congresso de Entidades Médicas Ibero-Americanas, em Florianópolis. A AMB está à frente de um grande movimento nacional em prol de um projeto de lei de iniciativa popular e quer colher mais de R\$ 1,4 milhão de assinaturas em todo o país, a fim de recolocar na pauta do Congresso Nacional o debate sobre o financiamento da saúde, pois a união deve alocar, no mínimo, 10% de sua receita corrente líquida nessa área.

Mas enquanto fazemos esse movimento nacional, que tem que ser forte e vigoroso, para convencer o governo federal definitivamente e buscar os bilhões que faltam para a saúde, enquanto o governo ainda vai implementar seus programas - a rede de urgência e emergência, a rede cegonha, a rede psicossocial, que vão demorar um tempo para ser implementadas, pois agora é que está começando

na Grande Florianópolis a rede de urgência e emergência, o governo do estado não pode ficar de costas, tem que encontrar alternativas para colocar mais dinheiro na saúde.

Por isso, hoje à tarde vou estar com dom Wilson Tadeu Jönck, o arcebispo metropolitano, porque a CNBB também está-se engajando firmemente nessa grande campanha nacional que estamos encampando...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Gilmar Knaesel, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves, que preside esta sessão, demais colegas deputados e deputadas, imprensa que acompanha o nosso trabalho, primeiramente quero fazer um comentário acerca do brilhante discurso do deputado Volnei Morastoni, que mais uma vez fala de um dos grandes problemas sociais, que é a questão da saúde, o atendimento à população, o funcionamento dos hospitais, os recursos, pois s.exa. tem experiência tanto profissional como política e conhece bem o setor.

Concordamos com tudo aquilo que o deputado Volnei Morastoni colocou, mas todos falam no problema do repasse das obrigações aos municípios e aos estados e aí entra mais uma vez a questão do pacto federativo brasileiro. A concentração de recursos na mão do governo federal é absurda e até que esses recursos cheguem à base, ou seja, aos estados e municípios, decorre longo tempo em função da burocracia. Mas as coisas acontecem no âmbito dos municípios e dos estados e em Brasília muito pouco as pessoas se sensibilizam para isso.

Mas acredito que temos que fazer coro e quero solidarizar-me com seu pronunciamento, porque sabemos que esse é um dos grandes problemas nacionais.

Srs. deputados, o assunto que desejo abordar nesta manhã é informar todos sobre a instalação, na segunda-feira próxima passada, da comissão criada em função do decreto legislativo aqui aprovado, que vai decidir sobre a alteração ou manutenção do Hino de Santa Catarina.

Esse assunto já foi debatido neste plenário, mas nos últimos dias alcançou grande destaque na mídia catarinense, nos principais veículos de comunicação, mas também naqueles lá da base, que circulam nos pequenos municípios, todos discutindo se é importante a Assembleia se preocupar com essa questão. Esse é um dos questionamentos e a ele tenho dito que acho que é um tema importante, sim!

Primeiramente, o hino é um dos símbolos do estado - isso está previsto tanto na Constituição Federal como na Estadual. O hino, no meu ponto de vista, também faz parte da cidadania cultural e até educacional. É muito mais abrangente do que apenas uma música, uma letra, porque ele tem que expressar o sentimento de unidade, de valorização e até de patriotismo para sua gente.

No caso específico do Hino de Santa Catarina, tenho dito em todos os momentos que respeito tanto ao autor da música como da letra, que escreveram a melodia, a letra e a poesia num contexto histórico específico, o da abolição da escravatura e da instalação da República. São fatos marcantes e importantes, mas são temas nacionais, não são temas regionais. E nós observamos em todos os hinos que eles estão vinculados a temas locais, regionais.

Então, esse debate é importante. Se optarmos pela manutenção do atual hino, e há uma corrente que defende isso, teremos que adotar medidas urgentes para popularizá-lo, através das nossas escolas, das solenidades públicas e de tantos outros mecanismos que a comissão deverá apontar, para que não se desrespeite um dos símbolos da nossa cidadania, pois o que se observa é que nas solenidades quase ninguém sabe cantar o nosso hino, a maioria fica muda, sem valorizar um símbolo cívico.

Todavia, se optarmos pela mudança, se essa comissão assim decidir, um novo concurso público será aberto a todos os poetas, a todos os músicos para criarem um novo hino para Santa Catarina.

Essa comissão é composta por oito membros, personalidades com currículos invejáveis na área da música, da poesia. A Assembleia Legislativa indicou o maestro Jeferson Della Roca, de quem todos conhecem o trabalho que faz na orquestra que dirige neste estado; o compositor e pianista Alberto Andrés Heller, internacionalmente conhecido; e o músico da nova geração Luiz Meira, que hoje é, sem dúvida, o catarinense mais requisitado para acompanhar grandes cantores e músicos brasileiros.

O governo do estado, através da secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, convocou Edna De Marco, que tem um largo currículo na área de música e letras; Ivan Schmidt Filho, da Fundação Catarinense de Cultura, também músico profissional com uma história vinculada à música; Jairo Barbosa, do Conselho Estadual de Cultura, filho do poeta e compositor Zininho, que escreveu *Rancho de Amor à Ilha*, hoje hino de Florianópolis; o professor Artêmio Zanon, historiador, e Valberto Dirksen, do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, com um currículo invejável.

Essa comissão tem um prazo de 90 dias para decidir sobre a mudança ou manutenção do Hino de Santa Catarina. Tenho o sentimento pessoal de que essa comissão fará um bom trabalho, que entrará para a história de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PTB.

(Pausa)

Na ausência de deputado do PTB que queira fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas

terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0061/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; e Projeto de Lei n. 0023/2011, de autoria do deputado Darci de Matos.

Comunica também que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer contrário ao Ofício n. 0379/2008, de entidade social.

Também comunica que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0621/2012 e 0624/2012.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0002/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0042/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que dá nova redação ao § 9º do art. 3º da Lei n. 9.120, de 1993, que cria o Conselho Estadual de Saúde.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça, de Saúde e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0094/2012, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, que altera a Lei n. 4.756, de 1972, que declara de utilidade pública a Sociedade Recreativa 3 de Maio.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que enviará aos destinatários conforme determina o art. 206, do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0123/2012 e 0125/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0276/2012, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0277/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, e 0278/2012, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

A Presidência retirou da pauta a Moção n. 0009/2012, pela ausência do seu autor, o deputado Antônio Aguiar.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, srs. deputados e sras. deputadas, não quis apartear o deputado Volnei Morastoni por ocasião do seu pronunciamento no horário reservado aos Partidos Políticos para permitir que terminasse a sua exposição. Mas quero parabenizá-lo, pois como presidente da comissão de Saúde tem capitaneado um conjunto de ações nesta Casa, no sentido de melhorar e dar suporte político às decisões do governo do estado, justamente para que se possa melhorar o atendimento médico e dar um tratamento adequado aos pacientes, gerando o contentamento da população.

Nós precisamos admitir que existe muita coisa a ser feita, apesar de tudo aquilo que já se faz. A Saúde mudou muito, e para melhor. Tivemos, nos últimos seis anos, grandes mudanças levadas a efeito pelo deputado Dado Cherem, que foi um extraordinário secretário da Saúde. Agora temos o secretário Dalmo Claro de Oliveira, com uma larga experiência em administração na área, pois foi

presidente nacional da Unimed e sabe como lidar com essas questões, com os profissionais de saúde, desde os atendentes de enfermagem até os mais renomados médicos.

Mas precisamos e podemos fazer algumas ações para melhorar o atendimento e principalmente diminuir a necessidade de deslocamento das pessoas. Existem inúmeras cidades, como Criciúma, Joinville, Florianópolis, Itajaí, Blumenau, Lages, Joaçaba, Curitibanos, Chapecó e São Miguel do Oeste que são referência de serviços. Então, acorrem para essas cidades pacientes principalmente das cidades mais próximas. Existe um fluxo muito grande de pessoas que vêm à capital justamente porque nas cidades do interior, mesmo havendo esses serviços de referência, não se consegue resolver o problema.

Na semana passada estive em uma audiência informal, digamos assim, com o secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, fazendo uma análise sobre a PEC n. 29, porque na verdade ela ainda não foi bem interpretada. A obrigatoriedade de o município investir 15% já existe; a obrigatoriedade de o estado investir 12% também já existe. Quem paga todas as AIHs é o governo federal, apenas não está descrito qual é o montante que deve investir. Se forem 10%, seria um valor maior do que está aplicando.

No meu entendimento, recurso federal, recurso do estado e recurso do município, hoje, na prática, são coisas isoladas. O paciente é apenas um, aquele que está acamado no hospital, doente em casa, com dificuldade de acesso, que está internado. Esse é o paciente! Mas os recursos são três coisas independentes. No meu entendimento teríamos que ter um grande fundo, um fundo estadual da saúde para abarcar os recursos do estado, da união e dos municípios e desse fundo recolheríamos toda a ação da saúde, que seria coordenada pelo estado. Naturalmente, essa grande ação vai acontecer nos municípios, com a estrutura que os municípios têm.

A Proposta de Emenda Constitucional n. 29 prevê exatamente que esses percentuais de recursos

sejam todos destinados à Saúde, sob a mesma coordenação. Hoje eles estão isolados, o município gasta 15%, como é exigido por lei, do jeito que achar melhor. Vai fazendo posto de saúde, vai fazendo exames, enfim, é obrigado a gastar os 15%, mas quem paga a internação hospitalar é o governo federal. Então, o município entende que não pode fazer nada por isso.

Eu particularmente estive no ministério da Saúde buscando suporte legal. E a lei permite, sim, que os governos municipal e estadual façam a complementação dos honorários médicos e hospitalares, ou seja, que melhorem o pagamento para que os honorários profissionais sejam mais atraentes. Existem inúmeros procedimentos, como a cirurgia de hérnia, em que se paga para o profissional R\$ 120,00. Disso se descontam 30% para o Imposto de Renda e sobram R\$ 80,00. Descontam-se mais 20% de INSS e sobram R\$ 60,00. E o profissional está assumindo uma grande responsabilidade pelo resultado daquele procedimento, porque o paciente está sob os seus préstimos.

Também deveríamos repassar os recursos para os hospitais para que consigam manter-se. Os governos estaduais e municipais devem destinar recursos para os hospitais para que possam melhorar sua situação financeira no momento da realização do procedimento. E nesse recurso deve estar previsto o custo dos hospitais, dos laboratórios e de todos os profissionais, da área de enfermagem até a área médica.

Eu vejo que essa seria a melhor alternativa, pois não se precisaria fiscalizar. O hospital, tendo mais recursos, tomaria as providências no sentido de melhorar os equipamentos e as acomodações.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Parabéns pelo seu pronunciamento sobre a saúde, sobre a situação do financiamento dos hospitais. Se o governo entende que realmente não deve utilizar a

palavra custeio, uma alternativa muito simples é essa complementação da tabela do SUS dos procedimentos que são executados. A partir dos procedimentos mais simples, de média complexidade, de baixa complexidade; da consulta aos exames, aos próprios honorários médicos, pode-se ir complementando os procedimentos da tabela do SUS. É uma forma de a instituição utilizar esses recursos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Inclusive essa é uma maneira de estimular tanto os hospitais quanto os profissionais a realizarem mais procedimentos e, quem sabe, gastar essa fila que é longa, porque mesmo depois do mutirão que o governo está fazendo ainda é longa a fila.

O deputado Volnei Morastoni, como presidente da comissão de Saúde, na próxima semana discutirá a questão do custeio de mais de 200 hospitais que são colaboradores no atendimento público, hospitais filantrópicos que atendem à necessidade pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência agradece a participação e o trabalho dos funcionários da Casa que atuaram no plenário, dos policiais militares que nos deram a devida segurança, do pessoal da TVAL que atuou durante todo o tempo, do pessoal do som, das assessoras que trabalharam na Mesa Diretora ajudando-nos.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem 175 anos da secretaria de estado da Fazenda.

Está encerrada a sessão.

